



OS EFEITOS DO CAPITAL SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO-PROFESSOR

Carolina Fernandes¹

O presente trabalho parte da noção de sujeito da Análise de Discurso filiada à vertente Materialista para compreender os efeitos de sentidos produzidos pela ideologia capitalista na subjetivação do sujeito-professor, ou seja, em sua individuação e inscrição como trabalhador em nossa formação social. Entende-se *sujeito*, a partir de Pêcheux ([1969] 2019), como a inscrição no discurso de uma posição assumida pelo enunciador ao identificar-se com certa *formação discursiva*. As formações do discurso determinam, segundo o mesmo autor ([1975] 2009, p. 147), *o que pode e deve ser dito* em certa conjuntura social, representando no discurso as formações ideológicas com as quais os sujeitos se identificam. É nesse processo de identificação que o sujeito se subjetiva, isto é, torna-se sujeito de discurso.

Esse trabalho aborda o discurso sobre o *trabalho docente* por meio da análise dos processos de subjetivação dos professores e de sua inscrição em diferentes posições-sujeito. Para tanto, analisa-se respostas de docentes da Educação Básica da região de Bagé, do estado do Rio Grande do Sul, sobre suas condições de trabalho e de como se veem enquanto pertencentes a essa classe trabalhadora específica. Através de um formulário na plataforma Survio, os docentes foram questionados sobre qual a motivação para buscar a formação acadêmica em licenciatura, como se veem enquanto trabalhadores dessa categoria, quais são os desafios enfrentados e o que pensam ou ensinam sobre o trabalho a seus alunos, entre outras questões. A maioria dos respondentes são discentes do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Línguas ou seus colegas de trabalho devido ao fato de a pesquisa ter sido divulgada nessa rede de contatos específica. Obteve-se 29 respostas incompletas, e apenas 6 completas até o momento. O tempo dedicado à profissão variou de 2 a 20 anos, tendo a maioria acima de 10 anos de docência na educação pública. Compuseram o *corpus* de análise as respostas submetidas seguindo as categorias de *excesso* e *estranhamento* (Ernest-Pereira, 2016). O gesto interpretativo de análise empreendido partiu da relação entre trabalho docente e capital bem como é apontado por De Rossi (2021, p. 1):

Sobre a docência, muito se insiste em uma ação dada por uma vocação, uma iluminação quase divina, que depende apenas da vontade do sujeito, que não ambiciona salários ou melhores condições de atuação. [...]. No entanto, o texto parte como premissa do entendimento do professor como trabalhador. Assim, de acordo com Antunes (2009), o professor pertence a uma classe que vive do seu trabalho. Então, os trabalhadores da educação são suscetíveis a enfrentar os desafios gerados pela relação entre capital e trabalho.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente associada na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), atuando no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Línguas, é líder do grupo de Pesquisa Estudos Pêcheuxtianos e tutora no Programa de Educação Tutorial, PET-Letras, com bolsa FNDE.



E são os efeitos dessa relação entre capital e trabalho que são observados nas respostas obtidas ao questionário do *Survio*, entendendo, sob a perspectiva de Marx, o trabalho docente como uma força de trabalho afetada pela ideologia capitalista e o sujeito-professor como o “vendedor” dessa força de trabalho em troca de salário para sua subsistência.

A partir das respostas à pergunta sobre a motivação para cursar licenciatura em Letras, observa-se que a vocação pela docência não foi apontada como motivo principal para a escolha dessa carreira como se vê nas respostas a seguir:

(SD1): Penso que não foi uma escolha direta, mas a profissão foi se apresentando na medida em que continuei morando em [cita uma cidade do RS] por questões familiares e era esta a opção mais viável de trabalho, pensando em minha formação.

(SD2): Porque dentro das opções que eu tinha e de notas, Letras era a melhor opção que eu tinha. Sou muito melhor em português do que em outras áreas.

(SD3): Fiz pedagogia pensando em pagar a licenciatura em Letras quando estivesse atuando, mas hoje não me vejo atuando só nos anos finais. Já a licenciatura em Letras foi porque gostava de idiomas.

(SD4): Inicialmente, foi para evitar o mercado de trabalho braçal [já que meu pai é pedreiro]. Com o tempo, fui gostando da profissão.

Observamos que são mobilizadas como respostas questões práticas das condições materiais de existência que levam a “escolher” a profissão de professor, ou seja, pouco é por vocação, desejo de ensinar ou crença no poder transformador da educação, mas pelas condições em que vive o sujeito o leva a optar pelo que parece mais aceitável como: dar aulas ao invés de sentar tijolos, cursar uma licenciatura ao invés de não cursar graduação alguma etc.

Ao responder à questão “Como você vê o trabalho docente no contexto atual?”, os enunciadores não pouparam críticas ao ensino público:

(SD5): Muito explorador, são muitas planilhas e metas que temos que preencher e cumprir. Não temos mais autonomia em preparar e ministrar as nossas aulas da maneira como achamos melhor para os nossos estudantes.

(SD6): Torturante, especialmente nos anos finais. Os alunos não respeitam, não têm interesse e fazem de tudo para incomodar. Debocham, são estúpidos. Nos anos iniciais é complicada a situação das inclusões sem auxílio.

(SD7): Desafiador, pelas inúmeras situações enfrentadas no dia a dia, que perpassam a questão salarial, comportamental dos alunos, a valorização social quase inexistente da carreira, as condições, por vezes, precárias de trabalho. Enfim, temos diariamente inúmeras situações que fazem repensar ou questionar a escolha pela docência.

(SD8): Nosso trabalho foi capturado pela lógica do capital. O produtivismo praticamente é um valor consagrado, sem real preocupação com a qualidade do que os educadores produzem. Palavras “mágicas” importadas da visão neoliberal de mundo infestam nosso ambiente tais como: empreendedorismo, inovação, produtividade, competências, produtos, IAs etc. As escolas e universidades foram



"plataformizadas", sendo que aqueles que não aceitam ou se "adaptam" a esses meandros distorcidos adoecem.

(SD9): Difícil. Desvalorizado, sobrecarregado e mal visto pela sociedade atual.

(SD10): Desafiador.

Classificado o trabalho docente como “muito explorador”, “torturante”, “difícil”, “desvalorizado” e “desafiador”, notamos o descontentamento dos docentes com a profissão, o que denota a denúncia das atuais condições de trabalho: falta de estrutura, de apoio, desrespeito por parte de estudantes e de dirigentes que não dão autonomia ao professor, além das exigências por resultados que mascaram a real condição de ensino. Soma-se a isso os desafios apontados ao responderem à pergunta: “Quais desafios para realizar seu trabalho você enfrenta?”. Nesse tópico, as respostas demonstram o papel da escola enquanto um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1992):

(SD11): Evasão e desinteresse. Os alunos faltam horrores, os órgãos não fazem nada (Conselho Tutelar). Os alunos já entram discursando: “No final do ano vocês terão que me dar um trabalhinho e abonar as minhas faltas”. Assim, o aluno é aprovado mesmo não sabendo 1/3 do conteúdo visto durante o ano todo. E fora o desinteresse e a falta de criatividade, os alunos utilizam o tempo todo IA.

(SD12): Não tem como fazer um trabalho com qualidade. Tudo gira em torno do SAEB agora. É assim que o governo quer melhorar a Educação no RS. Já estou pensando em largar a profissão. A direção fez uma reunião pedindo para que, nós, professores, não deixássemos alunos abaixo da média.

(SD13): Professor não tem autonomia alguma. Somos coagidos à aprovação compulsória, para não dizer assediados. A gestão estadual é uma verdadeira máquina de cumprir as métricas da Fundação Unibanco e das avaliações em larga escala do MEC.

(SD14): Falta de apoio e valorização, salas cheias e poucos recursos.

(SD15): Sistema engessado, avaliação sistemática e injusta, falta de recursos pedagógicos.

A escola enquanto um Aparelho Ideológico de Estado (AIE) (Althusser, 1992) determina historicamente os lugares que devem ocupar: professores, alunos e funcionários que nela atuam. Essa regulamentação histórica e ideológica naturaliza os sentidos aparentemente imutáveis, mas passíveis de deslocamentos no curso sócio-histórico de nossa formação social. Na conjuntura atual, a formação ideológica Neoliberal, como dominante, vem ditando as perspectivas para a educação, como a Reforma do Ensino Médio e a “plataformização” do ensino (as redes públicas utilizando cada vez mais plataformas como meio de ‘modernizar’ o ensino pelo uso de tecnologias). E esse ensino é avaliado constantemente pelo Estado a fim de verificar se foram atingidas as metas estabelecidas conforme o histórico de cada instituição nas avaliações anteriores. Os professores do RS sentem-se coagidos (como diz SD13) no sentido de que apenas as escolas e os professores que atingirem as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento



da Educação Básica (IDEB) terão alguma bonificação no recebimento de recursos e salários². A valorização da força de trabalho do professor é medida pelas metas alcançadas através dos resultados obtidos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB – feito pelo Inep) e do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (Saers). Assim, o ensino nas escolas do estado do Rio Grande do Sul (RS) passa a ser balizado pelas cartilhas do SAEB e pelos simulados desse exame, sendo um ensino padronizado, portanto, que ignora o contexto escolar e o processo de aprendizagem do aluno. A demanda é cumprir as metas que são estabelecidas. Essas condições de produção do discurso pedagógico indicam o esvaziamento do papel do professor como o intelectual que detém o conhecimento a ser ensinado, visto que a este é delegado um *trabalho pedagógico proforma* (Amaral, 2022), que consiste em preencher planilhas, aplicar provas, registrar códigos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e resultados – muitas vezes “maquiados” para evitar a má avaliação da escola –, entre outras tarefas burocráticas. O professor, antes posto ao lado dos “intelectuais”, de quem detinha o prestígio de ocupar um lugar legitimado na divisão social do trabalho de leitura/interpretação (Pêcheux, 2010), vê-se hoje como um executor de tarefas. Em Amaral e Fernandes (2018, p. 377-378), já refletia sobre a relação do sujeito-professor com sua prática pedagógica pelo viés do trabalho, observando que:

Há de se pensar, então, o sujeito-professor como um trabalhador assalariado, que vende o seu trabalho, de tal forma inserido nessa sociedade. Os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) o querem como um sujeito operacionalizado, fazedor de tarefas, seguidor de cartilhas ou - utilizando uma metáfora de Bauman (2010) sobre o intelectual – “aquele que molda o jardim”, reproduzindo a ideologia da classe dominante. Contudo, visualizando um espaço de resistência, pode-se ter um sujeito-professor autor de sua prática pedagógica, no sentido de que se desidentifica com uma pedagogia autoritária, que o torna o organizador e fiscal a serviço dos AIEs.

Entretanto, a partir de relatos dos docentes, vemos que o sujeito que se constrói trabalhador pelo labor pedagógico atual se percebe muito mais como um “cumpridor de tarefas” que o intelectual que elabora sua prática, como materializado em SD5, SD12 e SD13. A posição-sujeito que o professor ocupa parece funcionar tal qual a que assume o aluno frente ao discurso pedagógico autoritário, configurando-se como uma *posição-escrevente* (Fernandes, 2016), de quem pratica a linguagem com produtividade, mas falta criatividade, estando, portanto, longe de ocupar uma posição de autor de sua prática pedagógica. A posição-escrevente que assume o professor em seu trabalho *proforma* faz com que deixe de lado até mesmo seus conhecimentos específicos, já que deve aprovar alunos sem avaliar seu desempenho, quando este seria insuficiente, em nome dos “bons resultados”. Esse lugar preenchido pelos sentidos do trabalho de formalização ou operacionalização do ensino, como o quer a formação ideológica Neoliberal, produz um *discurso pedagógico cínico*, fazendo com que o ensino funcione na forma de “*fingimento*” como afirmo em:

No discurso pedagógico cínico, portanto, o professor sabe que sua prática não é a ideal, mas a justifica pela falta de recursos ou de condições de fornecer um “serviço” mais

² O Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha premia tanto os profissionais da Rede Estadual quanto os estudantes para que estes sejam motivados a participarem de todas as etapas da avaliação do Inep (simulados e exames SAEB, além da frequência nas aulas). Em virtude dessa premiação, muitos alunos acabam cobrando que o professor siga rigorosamente a cartilha do SAEB para prepará-los para a prova.



adequado (ou seja, o trabalhador aplica assim proporcionalmente sua força de trabalho conforme o valor que lhe é dado) (Fernandes, 2020, p. 104).

Entendo, preliminarmente, que essa posição-sujeito preenchida pelos sentidos do trabalho como uma operacionalização do ensino parece estar relacionada aos conceitos de discurso pedagógico cínico e do ensino por “fingimento” desenvolvidos em Fernandes (2020), uma vez que “a prática pedagógica é encarada pelo sujeito-professor de Língua Portuguesa como uma operação mecânica de reprodução dos métodos tradicionais já consagrados” (Fernandes, 2020, p. 105). Ou ainda, troca-se o objeto de ensino livro didático do PNLD pela cartilha de preparação para o SAEB, o ensino é, assim, um produto padronizado, não o resultado de um diagnóstico e uma estratégia de ensino desenvolvida pelo professor para aquela turma. Torna-se uma mercadoria, o produto material de seu trabalho, aliás a própria força de trabalho do professor, como bem observa Marx (2010), é o objeto de troca por um salário, e é dessa forma que o discurso pedagógico funciona de modo cínico, pois “o professor sabe que sua prática não é a ideal” (Fernandes, 2020, p. 104), mas a justifica por cumprir as demandas do governo, ou seja, entrega ao empregador o que ele quer. Não tendo os alunos atingido um bom desempenho escolar, mascaram-se os resultados para simular um rendimento padrão, assim o professor “finge que ensina e o aluno finge que aprende” (Fernandes, 2020, p. 100), respondendo a questões de múltiplas escolhas em testes padronizados a fim de receber ele também alguma bonificação como incentivo por sua participação.

Se pensarmos a escola como um AIE determinado pela formação ideológica Neoliberal, temos que sua função é produzir mão-de-obra para o mercado (Hypolito, 2012), isto é, como aquela instituição que “prepara”, ou melhor, “coage” os sujeitos a se colocarem no lugar da classe trabalhadora. Nessas condições, o professor funciona como o operário do setor da área da Educação que produz os futuros trabalhadores em escala tal qual uma fábrica. Essa relação fica evidente em duas das respostas obtidas:

(SD9) Eu tento formar cidadãos, mas parece que o governo quer formar mão de obra barata sem conhecimento nenhum.

(SD10) Somos trabalhadores precarizados em uma determinada condição sócio-histórica. Essa condição nos empurra e banaliza práticas para nos tornar meros reprodutores do capital.

Nesse contexto, nota-se que o sujeito-professor reconhece como produto material de seu trabalho a formação do sujeito-trabalhador, a “mão de obra”, e vê essa “produção” que seria a formação do cidadão de modo padronizado para que estes possam igualmente vender sua força de trabalho em um mercado excludente, que “premia” os “melhores” ou os “bons sujeitos” (Pêcheux, 2009), isto é, os plenamente identificados com a formação discursiva dominante. E o professor, sobretudo o que atua no Novo Ensino Médio, também sendo um “bom sujeito”, o “operário padrão”, é aquele que, mesmo com a precarização das suas condições de trabalho (Hypolito, 2012), “entrega” o que lhe é demandado, nos prazos estabelecidos.

Assim, o efeito de fingimento decorrente do funcionamento cínico do discurso pedagógico tem implicações na inscrição do sujeito-professor como trabalhador, pois seu trabalho pedagógico vai sendo



executado *proforma*, o que o coloca em uma posição-sujeito de operário do setor terciário da economia, especificamente da Educação.

Por fim, as análises mostram os efeitos do capital nos processos de subjetivação desse trabalhador dividido entre posições ou movendo-se da “posição de intelectual” à de “operário do setor da educação”, o que acaba por distanciá-lo sempre mais de uma formação discursiva que prima por uma pedagogia crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- AMARAL, P. F.; FERNANDES, C. A ditadura militar no discurso midiático: Uma abordagem discursiva na educação de jovens e adultos. **Revista Investigações**. v. 31, n. 2, p. 368-390, dez. 2018.
- AMARAL, P. C. do. **Vestígios (também) contam**: a metonímia na produção do sujeito-aluno de ensino médio. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- DE ROSSI, Caio Corrêa. O trabalho docente e o professor enquanto trabalhador. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 5, fev. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/5/o-trabalho-docente-e-o-professor-enquanto-trabalhador>.
- ERNST-PEREIRA, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br>. Acesso em: 17 maio 2016.
- FERNANDES, C. O livro didático na constituição da autoria. In: CORACINI, Maria José; CAVALLARI, Juliana Santana (org). **(Des)construindo verdade(s) no/pelo material didático**: discurso identidade, ensino. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p 203-226.
- FERNANDES, C. Nem autoritário, nem cínico, apenas polêmico: as formas do discurso pedagógico atual e seus processos de identificação. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 17, p. 92-112, 2020.
- HYPOLITO, Álvaro M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 59-78, 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Trad. Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. [Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969].
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, [1975] 2009. [Tradução de: *Les vérités de la Palice*, 1975].
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, E. P. *et al.* (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.